



# **PROJETO FERRO CARAJÁS S11D**

## **PLANO BÁSICO AMBIENTAL**

# **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA COMUNIDADES – PEA**

## **RELATÓRIO ANUAL**

**Canaã dos Carajás/Pará**

**06/03/2015**

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	3
2	INTRODUÇÃO .....	3
3	OBJETIVOS .....	4
4	INDICADORES AMBIENTAIS .....	5
5	INTER-RELACIONAMENTO COM OUTROS PROGRAMAS .....	5
6	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS .....	6
7	ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS .....	7
8	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA.....	8
8.1	METODOLOGIA .....	8
8.2	ATIVIDADES REALIZADAS.....	9
9.	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	14
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	16
11	EQUIPE TÉCNICA .....	16
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	17

## 1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Ferro Carajás S11D, novo empreendimento minerário da Vale na região sudeste paraense, compreende a exploração de minério de ferro do Bloco D do corpo S11 de Serra Sul, por meio do método de lavra a céu aberto, bem como o beneficiamento do minério a umidade natural.

Desde 1985, a partir do *start up* do Complexo Minerador de Carajás, a atuação da VALE nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, proporcionou à região Norte do Brasil um forte ciclo de desenvolvimento econômico e social. O Projeto Ferro Carajás S11D representa a expansão da atividade de extração e beneficiamento de minério de ferro em Carajás.

Em 06 de setembro de 2012, a VALE protocolou junto ao IBAMA, no ato de solicitação de Licença de Instalação, o Plano Básico Ambiental que contempla todas as medidas de controle e monitoramento a serem implementadas durante a implantação e operação do Projeto Ferro Carajás S11D.

O presente relatório descreve sobre a execução das ações do Programa de Educação Ambiental para Comunidades – PEA do Projeto Ferro Carajás S11d, onde aborda as atividades realizadas no período de abril de 2014 a fevereiro de 2015.

## 2 INTRODUÇÃO

Este documento contempla as ações previstas no Programa de Educação Ambiental para comunidades apresentado no Plano Básico Ambiental ao IBAMA no ato de solicitação da Licença de Implantação. O referido configura-se como condicionante de licenciamento e é pautado na linha de ação corporativa da Vale em Educação Ambiental e também na Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 27 de março de 2012 que instrui as bases técnicas para os PEA em empreendimentos licenciados pelo IBAMA. Na perspectiva da linha corporativa da Vale para a sua atuação em educação ambiental, a iniciativa foi de manter-se coerente com sua missão de “transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”, e fundamenta-se na concepção de que o melhor caminho para alcançar este objetivo e formar cidadãos comprometidos com a questão ambiental é pela educação.

A educação ambiental, nesta perspectiva, assume o papel de processo de ampliação da percepção e da transformação do pensar e agir individual e coletivo em relação ao meio ambiente, sobretudo com vista a evitar e mitigar impactos adversos. O processo educativo vai além de possibilitar o acesso à informação sobre o meio ambiente, atua na internalização de valores e mudanças de atitudes e

comportamentos em relação ao meio ambiente. A educação ambiental é, assim, um processo dinâmico e participativo, que tem como finalidade buscar a dialogicidade como mediação da relação entre o empreendedor e as comunidades da área de influência para maior compreensão e mitigação dos impactos ambientais, de modo a contribuir para a formação de indivíduos conscientes, corresponsáveis e participativos, capazes de questionar e refletir, de forma concreta, sobre a implementação de ações pessoais e políticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e do planeta.

A atuação ocorre junto às comunidades, considerando as lideranças e organizações comunitárias, identificadas por grupos sociais formais e informais inseridos na Área de Influência Direta do empreendimento. O reflexo desta dinâmica tende a se refletir em construção de ações de forma integrada, mais do que proposições definidas antecipadamente, e a garantir o desenvolvimento de ações que considerem as especificidades locais e os impactos gerados pelo Projeto Ferro Carajás S11D sobre os diferentes grupos sociais presentes em suas áreas de influência.

### 3 OBJETIVOS

O objetivo do presente programa é desenvolver ações educativas de caráter ambiental junto aos grupos sociais formais e informais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental impactados pela atividade em licenciamento, sem prejuízo dos demais grupos potencialmente impactados, visando ampliar o potencial dos impactos positivos, minimizar e/ou neutralizar impactos negativos sobre a estrutura social e reduzir a pressão sobre os ecossistemas naturais e sociais, especialmente na área de influência direta.

O Programa de Educação Ambiental tem ainda como objetivos centrais promover:

- A ampliação do conhecimento sobre a percepção (conhecimentos, atitudes e motivação) e os comportamentos dos grupos sociais impactados por meio de diagnósticos socioambientais participativos, visando à criação e o desenvolvimento de ações de educação ambiental aplicadas à solução de problemas socioambientais ocasionados pelas atividades de implantação e operação no Projeto Ferro Carajás S11D;
- A ampliação da percepção, da compreensão de conceitos, da adoção de valores, da formação de atitudes e da aquisição de habilidades através de metodologias participativas que promovam o protagonismo dos diferentes grupos sociais na perspectiva da avaliação, da prevenção de danos e riscos socioambientais decorrentes do empreendimento sobre a área de influência, ampliando a atuação desses grupos na conservação e melhoria do meio ambiente na vida em comunidade;

- Atividades de educação ambiental com as comunidades para ampliar o conhecimento, a criação de valores e as mudanças comportamentais que favoreçam o desenvolvimento sustentável das localidades e região, por meio da reflexão sobre a ação social, em função da instalação e operação do Projeto Ferro Carajás S11D, visando ampliar o protagonismo socioambiental na melhoria das condições sociais e econômicas, da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente;

#### **4 INDICADORES AMBIENTAIS**

Os indicadores de monitoramento podem ser divididos em duas esferas distintas: indicadores de processo e de resultados. Os Indicadores de Processo devem aferir o quanto as ações definidas pelo planejamento do Programa estão sendo implementadas, de acordo com as prioridades e horizonte temporal definido. Devem sinalizar o quanto as ações dos projetos estão distantes, ou não, da linha de trabalho proposta. Esses indicadores poderão ser avaliados pela própria Vale, por meio do cronograma físico-financeiro. A Vale deve avaliar a execução física das atividades propostas e os custos despendidos para viabilizar o cumprimento do planejamento inicial.

Os Indicadores de Resultado estabelecem o grau de sucesso dos projetos e dos programas, identificando se os resultados estão sendo alcançados, permitindo a reformulação do PEA e tornando-o operacionalizável e alinhado à busca dos resultados. A elaboração desse sistema de monitoramento depende de informações que permitam a alimentação de indicadores de resultado. Tais informações podem ser obtidas por meio de fontes primárias e secundárias, dependendo da especificidade de cada projeto, mas devem ter como referência inicial os diagnósticos socioambientais participativos, o que vai possibilitar a identificação de indicadores de percepção, viáveis para indicar estágios de assimilação e aprendizagem, quando for o caso. Como forma de garantir que as atividades previstas no Plano de Ação de Educação Ambiental foram realizadas e atingiram os objetivos propostos, serão estabelecidos critérios de avaliação das ações executadas, caracterizados como indicadores ambientais, pelo Comitê de Educação Ambiental. O referido constituído, voluntariamente, por membros da comunidade, participantes do processo de construção do Diagnóstico e Plano de Ação atuará, ainda, no acompanhamento e no monitoramento das ações do Programa.

#### **5 INTER-RELACIONAMENTO COM OUTROS PROGRAMAS**

O Programa de Educação Ambiental está relacionado a todos os outros programas, em especial ao Programa de Comunicação Social e Informação Socioambiental,

especialmente em ações que englobam o uso de meios de comunicação de massa e a necessidade de manter os parceiros e o público-alvo informados sobre as atividades de educação ambiental inseridas no PBA; com o Programa de Saúde e Segurança e com o Programa de Apoio à Gestão Pública, já que o acesso e também a educação para a saúde e o saneamento básico constituem aspectos da educação ambiental. Também está ligado aos demais programas do PBA tendo em conta o papel de atuar com os públicos na ampliação da compreensão dos fenômenos socioambientais decorrentes da implantação e operação do Projeto Ferro Carajás S11D, inclusive os impactos e as medidas mitigadoras e compensatórias em que a população pode aumentar o seu protagonismo.

## 6 INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

- Vale S.A.(PROJETO S11D – MINA DO SOSSEGO – RAMAL FERROVIÁRIO)
- Agencia de Desenvolvimento de Canaã dos Carajás
- Lideranças rurais e urbanas
- Economia Popular Solidária – EPS
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
- Secretaria Municipal de Produção Rural
- Empresa Brasileira de assistência Técnica – EMATER local
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Municipal de Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente

## 7 ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS

A Instrução Normativa IBAMA no 2, de 27 de março de 2012 estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e recomenda, buscar sinergia com políticas públicas e instrumentos de gestão em implementação na área de influência do empreendimento.

Conforme consta nesta Instrução Normativa, “a divulgação dos projetos ambientais condicionantes do licenciamento deverá apresentar claramente que a execução destes projetos está baseada em uma exigência legal”. Com o objetivo de garantir a clareza das informações repassadas ao público em geral a respeito dos projetos condicionantes do licenciamento ambiental conduzido pela DILIC/IBAMA, são estabelecidos na IN no 2/2012 os critérios para a divulgação e identificação dos referidos projetos.

Com relação ao cronograma, a IN no 02/2012 determina, no seu § 3º, que “a duração e o momento de execução dos Programas de Educação Ambiental e de seus respectivos projetos serão definidos pelo IBAMA e terão como referência o tempo de exposição dos grupos sociais da área de influência aos impactos previstos, devendo-se considerar a tipologia, as especificidades do empreendimento ou atividade, e as fases do licenciamento adequadas à realização das ações previamente aprovadas.” No § 4º menciona também que, “a duração do Programa ou do projeto, bem como o seu momento de execução, poderá ser alterada pelo IBAMA, durante o processo de licenciamento ou regularização, caso se verifique que o tempo de exposição aos impactos do empreendimento ou atividade está concentrado em etapa diversa àquela inicialmente avaliada”.

- Constituição Federal de 1988, Artigo 225, item VI.
- Lei no. 6.938 /1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- Lei no. 9.795 /1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental
- Decreto no. 4.281/2002: regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental,
- Resolução CONAMA no. 009/1987: regulamenta a apresentação do RIMA durante a Audiência Pública.
- Resolução CONAMA no. 237/1997: trata das diretrizes para licenciamento e estudos ambientais.
- Resolução CONAMA no. 422/2010: estabelece as diretrizes para conteúdos e procedimentos em ações, projetos, campanhas e programas de informação, comunicação e educação ambiental no âmbito da educação formal e não formal.

## 8 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

### 8.1 METODOLOGIA

A partir de uma metodologia, eminentemente, participativa o Programa privilegiou os grupos sociais (formais e informais) inseridos na área de influência direta ao empreendimento, sobretudo, os mais vulneráveis possibilitando-os a participação nos processos de dialogação sobre as definições e decisões tomadas pela comunidade. Propositadamente contemplou os pontos de vista daqueles julgados como os menos favorecidos, isto é, os de menor poder econômico e social e que muitas vezes não têm a oportunidade, nem tampouco a possibilidade, de fazer valer suas ideias.

Para a realização das ações do PEA, foi desenvolvido um Plano de Ação com a definição das ações que seriam realizadas, de acordo com o Diagnóstico Socioambiental Participativo realizado junto às comunidades. Após a expressão dos desejos e percepções dos moradores, foram organizados e descritos os projetos e ações que seriam realizadas em cada localidade, destacando as premissa metodológicas e os objetivos a serem alcançados, Cada ação realizada durante a execução do PEA esteve de acordo com o Plano de Ação acordado pelo Comitê de acompanhamento das ações do PEA e seguiram os anseios das comunidades impactadas pelo empreendimento.

De forma geral, os projetos buscaram envolver uma ampla gama dos atores locais para possibilitar a continuação das ações e a capilaridade das mesmas nas comunidades. Foram envolvidos escolas, associações de moradores, proprietários rurais, lideranças comunitárias, igrejas e poder público, o que possibilitou a divulgação das ações, a aproximação dos projetos com a população de cada localidade e a promoção da cultura da sustentabilidade. A formação de uma rede local por meio das ações do PEA é condicionante na promoção da sustentabilidade em longo prazo nas comunidade e foi estimulada na realização das ações, precisando, no entanto, de um trabalho continuado para ser fortalecida e potencializada.

As ações relacionadas com o cotidiano local das comunidades foram definidas como prioritárias para serem trabalhadas, priorizando também as ações já iniciadas nas comunidades. Nesta perspectiva é válido destacar a realização de alguns projetos idealizados por jovens na Vila Planalto durante as conferências infanto-juvenis de Meio Ambiente (CNIJMA), que culminaram na realização de encontro cultural de violeiros da Vila e na organização de um cinema socioambiental. Tanto na Vila Feitosa como na Vila Ouro Verde, foram abordados projetos relacionados a questão da água, problemática constante nas duas comunidades e, a questão, dos resíduos sólidos, outra questão de suma importância e que impacta diretamente o cotidiano das Vilas.



De acordo com as premissas metodológicas do Plano de Ação, as oficinas e ações dos projetos tiveram foco no empoderamento dos oradores das comunidades para a conservação do meio ambiente. Ao longo da realização de todas as ações, foram envolvidas lideranças comunitárias na promoção das ações, articulando parcerias locais para a realização das oficinas. É importante citar o envolvimento das pessoas nas oficinas de construção das lixeiras PET, engajando-a, na solução parcial de um problema cotidiano. Foi articulada junto a gestão municipal a definição dos dias de coleta de resíduos nas Vilas, buscando conectar os atores locais na resolução conjunta da problemática das comunidades e capacitar os moradores buscar conjuntamente solução de questões locais.

Neste sentido, as comunidades presentes na Área de Influência Direta (Vila Feitosa, Vila Ouro Verde, Vila Planalto e Sede do município) representadas dentro do Comitê do PEA analisaram e elegeram ações de educação ambiental, enquanto medidas mitigadoras dos impactos socioambientais gerados pelo empreendimento, quando de suas participações nas oficinas de construção do Diagnóstico Socioambiental e do Plano de Ação para 2014. Ao tempo em que foram avaliadas por ocasião das reuniões ordinárias do referido Comitê.

O Programa de Educação Ambiental teve como premissas metodológicas:

- Privilegiar temas do cotidiano local nas ações de Educação Ambiental e difundir informações sobre o bioma amazônico para enraizar na população a apropriação do bioma com fins de conservação;
- Estimular nos públicos preferenciais as responsabilidades ambientais individuais em suas atividades cotidianas, para que se percebam protagonistas importantes na conservação do meio, de forma a alcançar uma cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental do lugar onde mora, principalmente;
- Realizar parcerias nas ações do PEA: inserir diferentes agentes, tanto na estruturação do programa, como na sua operação, proporcionando a difusão de práticas responsáveis e a participação efetiva desses atores, garantindo assim melhores resultados das ações do PEA ao longo prazo, formando uma rede local e regional de ações de educação ambiental.

## 8.2 ATIVIDADES REALIZADAS

Como forma de organização pela natureza dos projetos desenvolvidos, as atividades foram divididas em 03 Eixos organizadores: o primeiro reuniu a ações de Formação e Sensibilização, o segundo, ações de Protagonismo Comunitário, ambos desenvolvidos nas Vilas e Bairros e o terceiro que se trata do Monitoramento das Ações do PEA, que reúne atividades específicas de acompanhamento e avaliação

do Programa (ver relatório em anexo). Nesse eixo se constituiu um importante grupo, o Comitê de acompanhamento e monitoramento das ações de Educação Ambiental, que teve suas primeiras reuniões em 2013 e mantém seus encontros mensais até a presente data. As atividades do presente Programa estão em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e com as atividades de Educação Ambiental definidas e legitimadas pela comunidade através do referido Comitê.

**QUADRO 01 – Projetos, Ações, Atividades e Participantes do PEA**

Área	Ações demandas pela comunidade no Plano de Ação	Ações Validadas pela comunidade	Atividades	Participações
<b>Vila Planalto</b>	1 - Fomento a projetos para educação ambiental elaborados pelos jovens estudantes da escola municipal do bairro durante as Conferências Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente	Apoio ao projeto Música Ação: Cultura da minha Terra	2	115
		Apoio ao projeto Cinema na Escola Ação: Cinema Socioambiental	1	37
		Apoio ao projeto Sacolas de Leitura Ação: Ecosacolas da Leitura	1	12
	2 – Formação continuada voltada para a Educação Ambiental comunitária das famílias da comunidade	Oficina Compostagem (VS 45)	1	12
		Oficina Reaproveitamento de Alimentos (VS 45)	1	13
<b>TOTAL PLANALTO</b>			<b>6</b>	<b>189</b>

<b>Vila Feitosa</b>	<b>3 – Projeto de Revitalização da Nascente</b>	Projeto Nascente	1	5
	<b>4 – Sensibilização Comunitária para a correta coleta e disposição de resíduos</b>	Oficina de Compostagem	1	12
		Oficina Disposição adequada dos resíduos sólidos (teórica)	1	27
		Oficina Disposição adequada dos resíduos sólidos (prática: Confecção de lixeiras)	1	34
		Oficina Confecção de Vassouras de garrafas PET	1	29
		Oficina Reaproveitamento de alimentos	1	13
	<b>5 – Apoiar a constituição da Associação de moradores e Horta Comunitária</b>	Constituir a Associação de Moradores da Vila Feitosa	2	80
		Oficina de Capacitação Pedagógica sobre o Uso Interdisciplinar da Horta Escolar em Sala de Aula	1	10
	<b>TOTAL FEITOSA</b>			<b>9</b>

<b>Vila Ouro Verde</b>	<b>6 – Sensibilização da comunidade escolar para disposição adequada dos resíduos</b>	Oficina Disposição adequada dos resíduos sólidos (teórica)	1	48
		Oficina de Compostagem	1	38
		Oficina Disposição adequada dos resíduos sólidos )prática: Confecção de lixeiras	2	17
		Oficina confecção de vassouras PET	1	28
	<b>7 - Revitalização do rio Sebosinho</b>	Projeto Rio Sebosinho	1	19
<b>TOTAL OURO VERDE</b>			<b>6</b>	<b>150</b>
<b>Sede</b>	<b>8 – Concretizar ações de capacitação conforme temáticas indicadas pela população, priorizando conteúdos de saneamento básico no currículo das ações propostas no âmbito da educação ambiental e realizar oficinas para divulgar resultados e ações feitas para mitigar os impactos ambientais do empreendimento</b>	Oficina de Reaproveitamento de Pneus – Bairro: VALE DA BENÇÃO	1	20
		Oficina Consumo Sustentável - Bairro: VALE DA BENÇÃO	1	14
		Oficina de Reaproveitamento de Pneus - Bairro: Santa Vitória	1	25
		Oficina Consumo Sustentável – Bairro	1	15

		<b>SANTA VITÓRIA</b>	
		Oficina Confecção de Vassouras PET – Bairro: SANTA VITÓRIA	1 12
		Oficina Compostagem - ASMAC	1 15
<b>TOTAL SEDE</b>		<b>6</b>	<b>101</b>
<b>Sede âmbito Municipal</b>	<b>9 – Instituir o Comitê de acompanhamento e Monitoramento do Programa de educação Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D</b>	Reuniões mensais do Comitê	13 16
		GT Parque Temático	4 17
		GT Plano Safra	7 23
		Seminário I (Substituído por visita ao Memorial do Projeto S11D)	1 24
		Seminário II	1 25
<b>TOTAL SEDE – ÂMBITO MUNICIPAL</b>		<b>26</b>	<b>105</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>53</b>	<b>755</b>

## 9. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento das ações do PEA teve seu foco na promoção da cultura de sustentabilidade e no envolvimento dos moradores das comunidades impactadas. Os projetos foram construídos de forma conjunta com a população, respeitando e atendendo ao Plano elaborado com as comunidades durante o Diagnóstico socioambiental participativo. Consideram-se positivos os resultados com a realização dos projetos, destacando o envolvimento de atores locais diversos, o cumprimento do Plano de Ação validado pelo Comitê de monitoramento do PEA e a promoção de hábitos e atitudes sustentáveis. As ações buscaram promover em um curto espaço de tempo, a sensibilização para questões encontradas no cotidiano das comunidades, engajando os moradores de forma proativa para a resolução dos desafios.

A base para a realização das ações do PEA seguiu estritamente o marco legal da Educação Ambiental, a Instrução Normativa nº 02, de 27 de Março de 2012, do IBAMA, bem como a Política Nacional de Educação Ambiental. Valendo ressaltar que o PEA atendeu todos os requisitos colocados pelo IBAMA.

O PEA atendeu satisfatoriamente ao artigo 1º, que estabelece diretrizes nacionais para elaboração, implementação, monitoramento, realização e avaliação do Programa de Educação Ambiental, assim como o 3º artigo referente ao envolvimento dos grupos sociais diretamente ligados ao empreendimento S11D, na participação do Diagnóstico com as possíveis intervenções nas Vilas e nos bairro da sede, contemplados pelo empreendimento. Essa participação ajudou na condução do Plano de Ação e nas escolhas nas prioridades de ações para cada lugar. Todas as ações forma monitoradas e avaliadas de acordo com a Instrução Normativa.

Os processos de ensino-aprendizagem, mencionados também no 3º artigo, foram cumpridos nas oficinas de educação ambiental realizadas nas comunidades. Também houve a efetivação da sinergia nas ações com as políticas públicas vigentes sob o território nacional nas áreas de influência do empreendimento como a Política Nacional de Educação Ambiental e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme apontado no 5º artigo.

O PEA atende diversas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental, onde suas ações são voltadas as múltiplas dimensões de sustentabilidade ambiental para diversos atores sociais. Valendo dizer que o Programa busca atender a uma das principais diretrizes da política pública, que estabelece a participação de todos os segmentos da sociedade para a promoção da proteção, recuperação e melhoria das condições socioambientais e a qualidade de vida da população.

Vale destacar que o apoio na criação da Associação de Moradores da Vila Feitosa fortaleceu a organização dos moradores para dialogar e reivindicar com o poder público e demais parceiros mudanças estruturais na comunidade. A participação de

representantes das comunidades no Comitê de Monitoramento do PEA também auxiliou no empoderamento e na enunciação e demandas nas Vilas, para os parceiros permitindo o acompanhamento das ações ocorridas nas outras Vilas.

De modo geral, segundo o Comitê, o conhecimento obtido nas oficinas teóricas e práticas vivenciadas em ações específicas em cada comunidade, promoveram algumas mudanças entre as pessoas envolvidas nas ações do PEA. Em termos gerais o Comitê avalia como satisfatórias as ações desenvolvidas nas comunidades, uma vez que as demandas apontadas no Diagnóstico foram concretizadas e principalmente por ter conseguido promover a mudança de atitude dos envolvidos, ou pelo menos um caminho iniciado nessa direção.

Alguns resultados alcançados a partir da execução das ações do Programa de Educação Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D:

- O Programa de Educação Ambiental sendo compreendido e apropriado pela comunidade, sobretudo os mais afetados pelos efeitos da presença e da interferência do empreendimento em seus modos de vida, em suas aspirações presentes e perspectivas futuras;
- A autonomia dos sujeitos participantes em suas capacidades de escolher e atuar transformando as condições socioambientais de seus territórios;
- A dialogicidade como mediação da relação entre o empreendedor e as comunidades da área de influência para maior compreensão e mitigação dos impactos ambientais proporcionou aumento da credibilidade/confiança da empresa por parte da comunidade reduzindo, substancialmente, possíveis tensões e conflitos sociais;
- A priorização de temas do cotidiano local quando da definição das ações de educação ambiental;

Reflexões que surgiram ao longo da execução do Plano de Ação 2014 que merecem ser destacadas para aprofundamento do debate, em 2015, visando o aprimoramento contínuo do Programa:

- Alta rotatividade da participação dos membros do Comitê nas reuniões e baixa participação de membros da zona rural nas reuniões;
- Participação de membros do Comitê nas ações desenvolvidas nas Vilas para posterior avaliação com maior propriedade;

- Possível contradição entre o objetivo do PEA (mitigação de impactos do empreendimento) e o que é demandado pelas comunidades no DSP (investimento social ou políticas públicas).

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao assumir tal desafio, o PEA dirige-se ao desenvolvimento sustentável dos territórios, na medida em que apoia a combinação de interesses econômicos aos desafios de desenvolvimento humano e ambiental da região. A aliança entre desenvolvimento e respeito à preservação e continuidade da vida, das riquezas naturais e sociais dos territórios configura-se como grande desafio de sustentabilidade, na medida em que estabelece novos paradigmas de desenvolvimento, no qual métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica caminham juntos. A educação ambiental, nesta perspectiva, assume o papel de processo de ampliação da percepção e da transformação do pensar e agir individual e coletivo em relação ao meio ambiente, sobretudo com vista a evitar e mitigar impactos adversos.

O processo educativo vai além de possibilitar o acesso à informação sobre o meio ambiente focado, apenas, nas ciências físicas e biológicas, atua na internalização de valores e mudanças de atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente. A educação ambiental aqui extrapola comportamentos práticos tidos como “ecologicamente corretos” configura-se como um processo dinâmico e participativo, que tem como objetivo contribuir para a formação de indivíduos conscientes, corresponsáveis e participativos, capazes de questionar e refletir, de forma concreta sobre a implementação de ações pessoais e políticas de sustentabilidade ambiental social e econômica do município e, porque não dizer do planeta. Tal prática permite à comunidade em conjunto com o poder público local mediar diferentes interesses e conflitos em torno da apropriação e uso dos recursos naturais, exercitando a gestão desses recursos na busca de um ambiente ecologicamente equilibrado.

## 11 EQUIPE TÉCNICA

**Tabela 01** - Equipe técnica responsável

Nome	Formação
Francisca Nívia Costa de Vasconcelos Rodrigues	Engenheira Agrônoma/Analista de Responsabilidade Social/Vale Registro no Conselho no CREA – 6.051 - D
Nome e Sobrenome	



## 12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBAMA. Instrução Normativa n.º 2, de 27 de março de 2012.

IBAMA. Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação - Termo de Referência para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento.

GOLDER ASSOCIATES BRASIL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA/VALE S.A. 2010. Estudos de Impacto Ambiental do projeto Ferro Carajás S11D, canaã dos Carajás, PA.

VALE S. A., Guia para Programas de Educação Ambiental – Rio de Janeiro, Revisão 2014.

QUINTAS, José S. – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 1996. Doc. Mimeo

QUINTAS, José S. e GUALDA, Maria J. – A Formação do Educador para atuar no processo de gestão Ambiental. Série Meio Ambiente em Debate 01. Brasília, IBAMA, 1995.

## ANEXOS







